



Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual

Plano de Ação 2021-2023

Relatório Final de Execução

Brasília, Fevereiro de 2024

Sumário

| | |
|--|----|
| Lista de Abreviaturas e Siglas..... | 3 |
| Introdução | 5 |
| Breve Contextualização | 5 |
| O Plano de Ação 2021-2023 | 6 |
| Governança | 7 |
| Metodologia de monitoramento | 8 |
| Execução do Plano de Ação 2021-2023..... | 9 |
| Panorama de Conclusão das Ações do Plano de Ação 2021-2023 | 10 |
| Conclusão..... | 23 |
| Anexo..... | 24 |

Lista de Abreviaturas e Siglas

ABAPI – Associação Brasileira dos Agentes da Propriedade Industrial

ABDI – Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial

ABIFINA – Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades

ABPI – Associação Brasileira da Propriedade Intelectual

AGU – Advocacia-Geral da União

ApexBrasil – Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos

ANPEI – Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras

ASPI – Associação Paulista da Propriedade Intelectual

CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica

CGPI – Coordenação-Geral de Propriedade Intelectual

CGU – Controladoria-Geral da União

CNCP – Conselho Nacional de Combate à Pirataria e aos Delitos contra a Propriedade Intelectual

CNI – Confederação Nacional da Indústria

DEPIQ – Departamento de Política de Propriedade Intelectual e Infraestrutura da Qualidade

DGITS – Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias em Saúde

DIPI – Divisão de Propriedade Intelectual

ENFAM – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM)

ENPI – Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual

GIPI – Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual

GT – Grupo Técnico

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICC Brasil – International Chamber of Commerce

IFES – Institutos Federais de Ensino Superior

INPI – Instituto Nacional da Propriedade Industrial

INTERFARMA – Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa

LES Brasil – Licensing Executives Society

MAPA – Ministério da Agricultura e Pecuária

MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

MD - Ministério da Defesa

MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços

MEC – Ministério da Educação

MinC – Ministério da Cultura

MJSP – Ministério da Justiça e Segurança Pública

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MRE – Ministério das Relações Exteriores

MS – Ministério da Saúde

NIB – Nova Indústria Brasil

NIT – Núcleo de Inovação Tecnológica

OMPI – Organização Mundial da Propriedade Intelectual

PI – Propriedade Intelectual

SCPR – Secretaria de Competitividade e Política Regulatória

SEPEC – Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

UKIPO – Escritório de Propriedade Intelectual do Reino Unido

Introdução

O presente relatório tem como objetivo apresentar a execução das entregas desenvolvidas ao longo dos dois anos de implementação do Plano de Ação 2021-2023 da Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual (ENPI). Serão apresentados dados concretos referentes à execução do plano, buscando proporcionar uma compreensão clara e objetiva do desempenho obtido nesta primeira experiência. Este não é um relatório de avaliação de impactos e resultados.

No decorrer deste relatório, será apresentado o status de conclusão de cada ação delineada no plano. A exposição desses elementos proporcionará um entendimento quantitativo sobre o êxito obtido, permitindo, outrossim, a identificação de sucessos e desafios.

Busca-se, assim, apresentar um registro documentado das atividades realizadas, contextualizando os trabalhos diante dos cenários político, social e administrativo, com o intuito de evidenciar as contribuições não apenas para o planejamento e execução dos próximos Planos de Ação, mas também para o desenvolvimento contínuo da Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual.

Breve Contextualização

O Plano de Ação 2021-2023 da ENPI foi aprovado pela Resolução GIPI/ME nº 2, de 1º de julho de 2021, o qual prevê, em seu Anexo I que: *“Ao final do Plano de Ação 2021-2023, será feita uma avaliação dos resultados, a fim de que seja elaborado o próximo Plano de Ação (2023-2025), com as adaptações e correções necessárias ao bom desempenho dos programas, projetos e iniciativas, visando às metas globais da ENPI, conforme a capacidade da administração e a conjuntura política, econômica e social do momento de elaboração do novo Plano de Ação (2023-2025)”*.

O Plano de Ação 2021-2023 compreendeu o período de 1 de agosto de 2021 a 31 de julho de 2023. Dentre os mecanismos de monitoramento e avaliação previstos na Resolução estão a preparação de relatórios semestrais de andamento das entregas, para encaminhamento aos membros do GIPI, com subsequente publicação no Portal de PI, bem como revisões anuais do Plano de Ação.

Quanto aos relatórios semestrais, estão disponíveis no [Portal de PI](#) os resultados consolidados das entregas da execução dos 1º e 2º semestres do Plano de Ação 2021-2023 da

Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual (ENPI), agosto de 2021 a janeiro de 2022 e de fevereiro a julho de 2022, respectivamente. Encontra-se disponível, também, o Relatório de Revisão de 12 meses do referido Plano, compreendendo o período de 01/08/21 a 31/07/22.¹

O Plano de Ação 2021-2023

O Plano de Ação 2021-2023 foi o primeiro entre os planos bienais para a implementação da ENPI ao longo dos seus dez anos de duração. Nesse Plano, para a largada da implementação da Estratégia, foram priorizadas 49 ações entre as 210 previstas na ENPI.

Além dos objetivos e diretrizes da ENPI, os critérios considerados para a priorização dessas 49 ações foram:

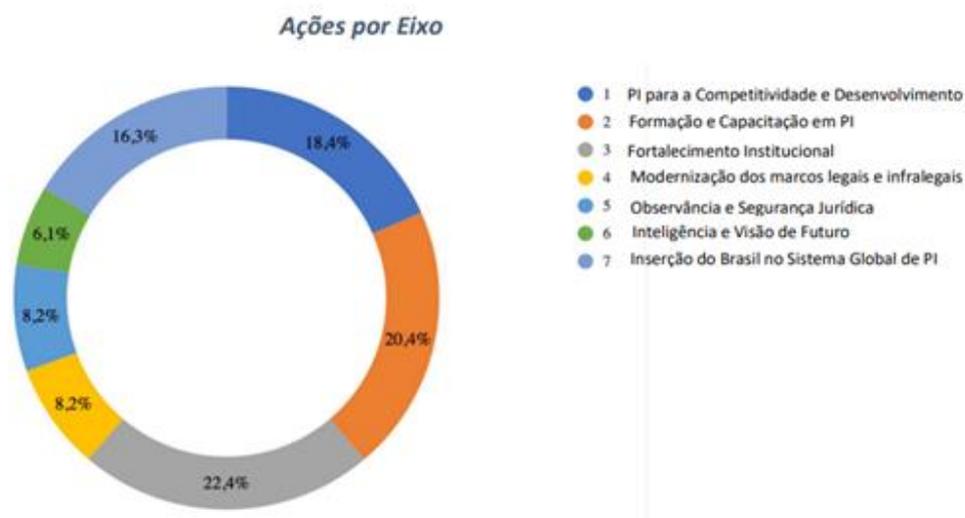
1. ações apontadas como mais relevantes na consulta pública da ENPI;
2. equilíbrio entre a necessidade de início de ações estruturantes de longo prazo e a necessidade de ações com resultados de curto prazo;
3. alinhamento com agendas de governo;
4. (re)aproveitamento de estruturas existentes e projetos em curso; e
5. disponibilidade de recursos humanos e financeiros.

A ENPI está estruturada em sete Eixos Estratégicos, portanto, para o seu monitoramento, utiliza-se dessa organização para identificar as entregas realizadas e atualizar o andamento das ações.

O Plano de Ação 2021-2023 foi composto por nove ações no Eixo 1, dez ações no Eixo 2, onze ações no Eixo 3, quatro ações no Eixo 4, quatro ações no Eixo 5, três ações no Eixo 6 e oito ações no Eixo 7.

¹ O Relatório de Execução referente ao 3º semestre do Plano não foi elaborado.

Gráfico 1: Ações por Eixo



Fonte: elaboração própria, SCPR/DEPIQ/CGPI

Governança

A governança do Plano de Ação 2021-2023 foi centralizada na Secretaria-Executiva do GIPI, que possui a responsabilidade de consolidar as informações relativas ao monitoramento, avaliação e controle da implementação dos planos de ação bianuais da ENPI.

Cada uma das 49 ações do Plano foi gerida de forma compartilhada, havendo uma instituição responsável pela coordenação da ação, com a responsabilidade de acompanhar os prazos e entregas das iniciativas previstas sob cada ação, e reportá-los à Secretaria-Executiva do GIPI. As instituições responsáveis designaram um ponto focal responsável pela atividade de coordenação da execução da ação. No bojo de cada ação, foram definidas iniciativas que contribuíram para alcançar a meta estipulada.

O Plano de Ação 2021-2023 contou com 10 instituições responsáveis pela coordenação das ações:

1. Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)
2. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)
3. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI)

4. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC, antigo Ministério da Economia (ME))

5. Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) / Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual (CNCP)

6. Ministério do Meio Ambiente (MMA)

7. Ministério das Relações Exteriores (MRE)

8. Ministério da Saúde (MS)

9. Ministério do Turismo (MTur)

10. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)

Metodologia de monitoramento

Para o monitoramento da execução das ações foram elaboradas 49 planilhas padronizadas salvas em nuvem e concedido acesso aos coordenadores das respectivas ações para que estes realizassem atualizações a cada dois meses sobre o andamento das ações.

Cada planilha foi composta por linhas descritivas com iniciativas e respectivas entregas intermediárias relativas às iniciativas previstas sob a ação. Para cada entrega, foram informados os prazos estimados de início e fim, bem como o percentual previsto de execução até a data de monitoramento e o percentual efetivamente concluído na mesma data de monitoramento. Ou seja, o coordenador da ação realizava o registro da “data de referência” da atualização da planilha e, assim, o “percentual previsto” de execução (proporcional ao tempo decorrido entre a data de início da execução e a data de referência/monitoramento, e considerando o prazo total estimado para o fim da execução) era automaticamente calculado.

A principal informação reportada a cada dois meses pelos coordenadores das ações era o “percentual de conclusão” de cada entrega, naquela data. Este percentual era inserido pelo ponto focal de cada iniciativa, sendo uma proporção estimada entre o esforço e etapas realizadas até aquele momento do monitoramento (“data de referência”), em relação ao total de esforço ou etapas que deveriam ser empreendidos para a conclusão daquela entrega. Com esses dados, foi possível comparar se as entregas estavam em dia ou atrasadas, bem como o estágio de execução global da ação.

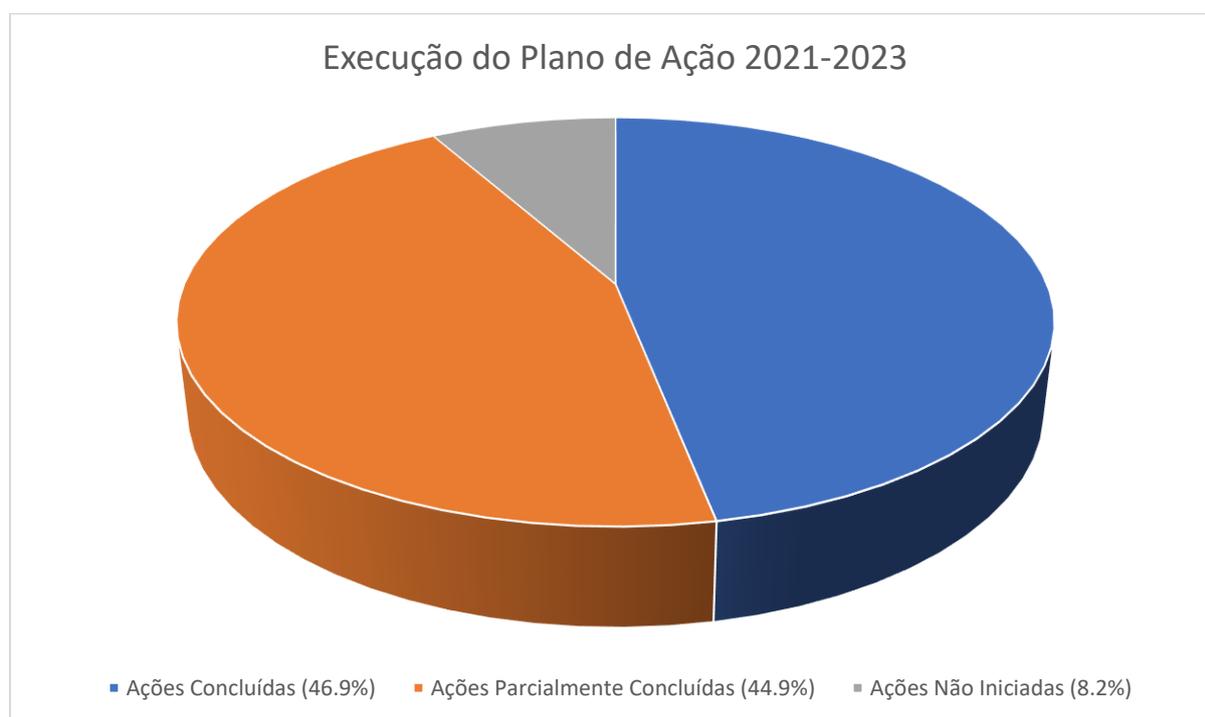
Ainda que uma ação estivesse com algumas de suas entregas atrasadas, não significava que a conclusão da ação em si não seria realizada dentro do prazo previsto. As planilhas de monitoramento contribuíram para que os coordenadores responsáveis pela ação identificassem os pontos de risco e atuassem para executar as entregas e concluir a ação dentro do prazo.

Cada um desses arquivos de monitoramento foi composto por outras duas planilhas subsidiárias, que os coordenadores de ações utilizavam para reportar pendências nas entregas, justificar atrasos, informar necessidades de ajustes e apresentar evidências da conclusão das entregas intermediárias, das iniciativas e, eventualmente, de toda a ação.

Execução do Plano de Ação 2021-2023

Os resultados consolidados do monitoramento das ações do Plano de Ação, computados até o encerramento dos trabalhos, revelaram que 47% das ações previstas foram integralmente concluídas, 45% tiveram conclusão parcial e 8% não puderam ser iniciadas.

Gráfico 2 – Execução do Plano de Ação 2021-2023



Fonte: elaboração própria SCPR/DEPIQ/CGPI

Panorama de Conclusão das Ações do Plano de Ação 2021-2023

Conforme mencionado, a ENPI está estruturada em sete Eixos Estratégicos. O Plano de Ação 2021-2023 foi composto por nove ações no Eixo 1, dez ações no Eixo 2, onze ações no Eixo 3, quatro ações no Eixo 4, quatro ações no Eixo 5, três ações no Eixo 6 e oito ações no Eixo 7. Cada uma das 49 ações possuía um conjunto de iniciativas e respectivas entregas previstas para ocorrerem entre agosto de 2021 e Julho de 2023.

No tocante à conclusão das ações, as Tabelas 1 e 2 apresentam os status das mesmas categorizados em ações concluídas, parcialmente concluídas e não iniciadas.

Tabela 1 – Ações concluídas, parcialmente concluídas e não iniciadas PA 21-23

| Ações Concluídas | | Ações Parcialmente Concluídas | | Ações Não Iniciadas | |
|------------------|-------------------|-------------------------------|-------------------|---------------------|-------------------|
| Ações | Órgão responsável | Ações | Órgão responsável | Ações | Órgão responsável |
| 1.A.1.2 | MDIC | 1.A.1.3 | INPI | 2.A.1.1 | MDIC |
| 1.A.4.1 | SEBRAE | 1.A.2.1 | MDIC | 3.B.2.1 | MDIC |
| 1.A.5.1 | MCTI | 1.A.4.3 | MAPA | 3.B.2.10 | MMA |
| 2.A.1.3 | MJSP | 1.A.4.4 | INPI | 6.A.6.1 | MDIC |
| 2.A.2.1 | MinC | 1.A.4.5 | MAPA | - | - |
| 2.A.2.2 | MDIC | 1.A.4.7 | INPI | - | - |
| 2.B.3.1 | MDIC | 2.A.1.6 | MJSP | - | - |
| 2.C.4.5 | INPI | 2.A.2.3 | MinC | - | - |
| 2.C.4.6 | INPI | 2.C.4.12 | MCTI | - | - |
| 3.A.1.2 | MinC | 3.A.1.17 | INPI | - | - |
| 3.A.1.7 | INPI | 3.A.1.19 | INPI | - | - |
| 3.A.1.9 | INPI | 3.B.2.8 | MS | - | - |
| 3.A.1.20 | MDIC | 3.B.2.9 | MCTI | - | - |
| 3.B.2.5 | MDIC | 4.A.1.4 | MinC | - | - |
| 4.A.1.1 | MDIC | 5.A.1.5 | MinC | - | - |
| 4.A.1.2 | MDIC | 5.B.2.10 | MJSP | - | - |
| 4.A.1.16 | MDIC | 7.A.2.2 | MRE | - | - |
| 5.B.2.1 | MJSP | 7.A.2.5 | MDIC | - | - |
| 5.B.2.2 | MJSP | 7.A.3.1 | MDIC | - | - |
| 6.A.1.2 | MDIC | - | - | - | - |
| 6.A.1.6 | MRE | - | - | - | - |
| 7.A.1.2 | MRE | - | - | - | - |
| 7.A.2.3 | MRE | - | - | - | - |
| 7.A.2.6 | MRE | - | - | - | - |
| 7.A.2.7 | INPI | - | - | - | - |
| 7.A.3.4 | INPI | - | - | - | - |

Fonte: elaboração própria SCPR/DEPIQ/CGPI

Tabela 2 – Total_Ações concluídas, parcialmente concluídas e não iniciadas_PA 21-23

| Eixos | Concluídas | Parcialmente Concluídas | Não Iniciadas |
|--------------------|-------------------|--------------------------------|----------------------|
| 1 | 3 | 6 | - |
| 2 | 6 | 3 | 1 |
| 3 | 5 | 4 | 2 |
| 4 | 3 | 1 | - |
| 5 | 2 | 2 | - |
| 6 | 2 | - | 1 |
| 7 | 5 | 3 | - |
| Total Geral | 26 | 19 | 4 |

Fonte: elaboração própria SCPR/DEPIQ/CGPI

A seguir, será delineado um panorama dos resultados alcançados ao longo da execução do Plano de Ação 2021-2023 da ENPI. As informações completas referentes ao status final, entregas e comentários gerais sobre todas as ações estão apresentadas no Anexo 1 do presente relatório.

Ações Concluídas

Conforme evidenciado na Tabela 2, das 49 ações estratégicas delineadas no Plano de Ação 2021-2023, 26 foram integralmente concluídas.

Com o objetivo de ilustrar as iniciativas e o comprometimento dos atores envolvidos, bem como permitir uma compreensão mais clara quanto à natureza dos trabalhos empreendidos, será apresentado um resumo das atividades e resultados obtidos para algumas ações selecionadas em cada eixo estratégico. As informações completas sobre todas as ações estão disponíveis no Anexo 1 do presente relatório.

Eixo 1

- 1.A.4.1_SEBRAE_ esta ação teve como foco incentivar a geração de ativos como Indicações Geográficas (IG) e Marcas Coletivas (MC) e Cultivares. Quanto aos resultados alcançados ao final dos trabalhos, a Tabela 3 demonstra o aumento na quantidade de pedidos de marcas coletivas e indicações geográficas depositadas no período 2021-2022 (Fonte: INPI). Ainda no contexto das entregas relacionadas a esta ação, mais especificamente quanto à estruturação de novo(s) programa/iniciativa(s) a

serem implementado(s), o Anexo 2 traz o relatório de avaliação do edital de fomento às marcas coletivas e indicações geográficas realizado pelo MEC/IFSP/IFES.

Tabela 3 - Aumento na quantidade de pedidos de marcas coletivas e indicações geográficas depositadas no período 2021-2022

| UF | Pedidos IG (2021) | Pedidos MC (2021) | Pedidos IG (2022) | Pedidos MC (2022) |
|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| Acre | 0 | 0 | 1 | 2 |
| Amazonas | 0 | 1 | 2 | 3 |
| Bahia | 0 | 9 | 1 | 23 |
| Espírito Santo | 2 | 2 | 1 | 7 |
| Maranhão | 0 | 1 | 0 | 2 |
| Minas Gerais | 0 | 25 | 3 | 41 |
| Pará | 0 | 2 | 0 | 2 |
| Paraná | 2 | 18 | 1 | 23 |
| Rio Grande do Sul | 1 | 8 | 0 | 17 |
| Santa Catarina | 0 | 12 | 3 | 12 |
| São Paulo | 3 | 50 | 0 | 106 |

Fonte: INPI

Obs.1 - Fonte IG: planilha de acompanhamento de pedidos e registros (portal INPI).

Obs.2 - Fonte MC: sistema informatizado do INPI para exame de marcas (IPAS).

- 1.A.5.1_MCTI_o foco desta ação estava no fomento à transferência de tecnologia e licenciamento de direitos de PI, utilizando a estrutura dos centros de inteligência e assistência. Como resultado, destaca-se o fato de 2.205 pesquisadores do Programa Catalisa ICT² terem sido capacitados em PI até 31/01/2023 (1.126 até 31/03/22 + 430 até 31/05/22 + 1.049 até 31/01/23).

Eixo 2

- 2.A.1.3_MJSP_o destaque desta ação foi o lançamento da campanha pública em fluxo contínuo com o fim de alertar para os malefícios do consumo de produtos piratas para a saúde, segurança pública e economia do país. Esta campanha teve como foco “Promover uma ampla e sustentada campanha pública sobre os prejuízos e consequências da pirataria e da contrafação para: as indústrias e, conseqüentemente, economias locais; a reputação do Brasil na economia global em termos de atração e

² Mais sobre o Programa: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/catalisa/ictedital>

retenção de investimentos estrangeiros; licenciamento de PI de conteúdo estrangeiro para produção e consumo local; empregos e receita tributária; a remuneração dos criadores; financiamento de organizações criminosas locais; e a saúde e segurança públicas.”. Em parceria com o governo britânico, foram elaboradas e divulgadas peças nas mídias sociais do governo alertando sobre os prejuízos e consequências da pirataria e contrafação:

<https://www.instagram.com/redeantipirataria/?igsh=bThyYjB1YzMydmE1>

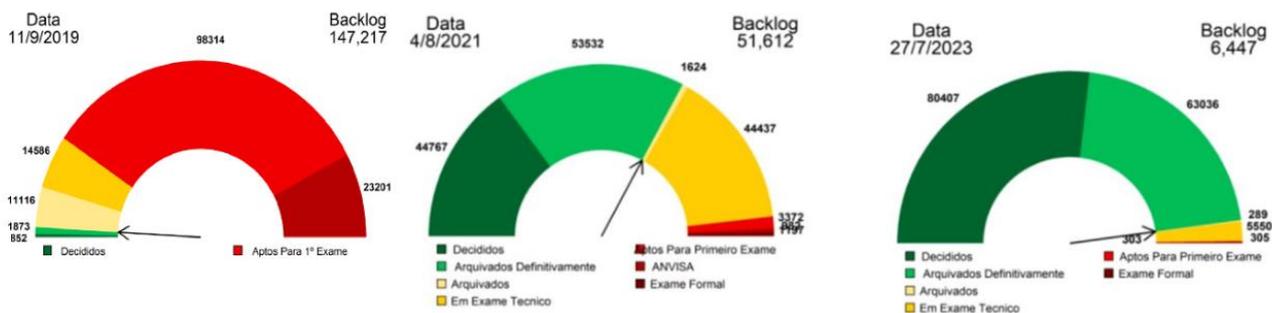
- 2.A.2.2_ MDIC_ quanto aos trabalhos de inserção de painéis de PI em grandes eventos voltados a temas diversos, merece destaque a palestra “O Direito Autoral nas obras audiovisuais”, realizada no Festival de cinema de Gramado pela então Secretária Nacional de Direitos Autorais, Sra. Jéssica Pinto Lima. Destaca-se, também, a palestra “Programa de Mentoria em PI, proferida pela Especialista do INPI, Rafaela Guerrante, no painel sobre Empreendedorismo realizado em parceria com o SEBRAE durante o evento Rio Innovation Week, em 11 de novembro de 2022.
- 2.C.4.5_ INPI_ A iniciativa prevista para esta ação, que teve como foco “implementar iniciativas de conscientização de crianças, jovens e adultos sobre a importância de PI em sua vida cotidiana, oportunidades, desafios e responsabilidades como inventores ou consumidores”, foi concluída com a 1ª edição do Prêmio PI nas Escolas, realizada em 15 de dezembro de 2021. O Prêmio foi planejado como reconhecimento dos esforços pedagógicos de professores e gestores escolares para o ensino da importância da propriedade intelectual aos estudantes. Essa foi uma primeira medida impulsionadora do [Programa PI nas Escolas](#). Ao todo foram avaliados 153 projetos de 16 estados do país distribuídas em cinco categorias: cidadania, tecnologia, planeta, negócios e criatividade.
- 2.C.4.6_ INPI_ a entrega desta ação foi realizada na forma de um glossário de verbetes relativos à propriedade intelectual, tendo-se mostrado de extrema relevância no sentido de disponibilizar orientações aos usuários não especializados, para que estes tenham condição mínima de identificar potenciais ativos de PI. O glossário em questão foi

desenvolvido em linguagem simples e pode ser acessado através do site do INPI <https://www.gov.br/inpi/pt-br/plataforma-integrada-de-atendimento/glossario>

Eixo 3

- 3.A.1.7_INPI_ tal ação teve como foco o projeto de combate ao backlog e o incremento da eficiência operacional do INPI. O plano de combate ao backlog do Instituto Nacional da Propriedade Industrial foi implementado com o objetivo de reduzir significativamente o estoque de pedidos de patentes pendentes de decisão, que afetavam a eficiência do sistema de propriedade intelectual no Brasil. Iniciado em 1º de agosto de 2019, o plano estabeleceu uma série de medidas estratégicas para acelerar a análise e a concessão de patentes. Com um período de vigência de 2 anos, o programa foi encerrado em agosto de 2021. No contexto do PA 21-23, destaca-se a entrega relativa ao monitoramento dos resultados do projeto em questão, os quais estão disponíveis ao público no portal [Plano de Combate ao Backlog — Instituto Nacional da Propriedade Industrial](#). A Figura 1 apresenta a situação do Backlog de pedidos de patentes no início e ao final do projeto (setembro/19 e agosto/21, respectivamente), bem como seus efeitos continuados até Julho/23 (término do PA 21-23). Em 2021, o tempo de decisão de exame técnico de pedidos de patentes (contado a partir da data do requerimento de exame técnico) era de 5 anos, esse mesmo tempo, em 2023, reduziu para 3.25 anos (dados dos Planos de Ação de 2022 e de 2024 do INPI, respectivamente).

Figura 1: Monitoramento dos resultados do Plano de Combate ao Backlog - Situações em setembro/19, agosto/21 e julho/23



Fonte: INPI

- 3.B.2.5_MDIC_com foco em institucionalizar a participação da sociedade civil no Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual, esta ação teve como destaque a minuta de resolução apresentada para aprovação do GIPI, a qual formalizou a participação ativa de 21 instituições representativas da sociedade civil interessadas em acompanhar e contribuir para os trabalhos do GIPI. <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-gipi/me-n-1-de-1-de-julho-de-2021-329486877>

Eixo 4

- Destaque para as ações 4.A.1.2 e 4.A.1.16._MDIC, que a partir de demandas da sociedade civil e de sugestões de órgãos de governo discutidas amplamente em [Grupo Técnico](#) para avaliação do arcabouço normativo da propriedade intelectual, organizado em Diálogos Técnicos, resultaram em propostas concretas de alterações da legislação relacionada a PI, no sentido de simplificar os processos e aprimorar o sistema de propriedade intelectual, para seu uso equilibrado e efetivo. Os relatórios dos Diálogos Técnicos e dos Grupos Técnicos com as propostas debatidas e conclusões podem ser consultados no link e serão utilizados como referência para propostas futuras normativas e de política pública.

Eixo 5

5.B.2.1_MJSP-CNCP_os esforços desta ação foram direcionados para assegurar à esfera administrativa a capacidade de reprimir violações aos direitos de propriedade intelectual (PI). Nesse contexto, o CNCP apresentou uma proposta fundamentada tecnicamente, através da Nota Técnica nº 07 CNCP/SENACON encaminhada à AEAL/MJSP, visando conceder à administração pública a autoridade para iniciar investigações de ofício e reprimir violações aos direitos de PI.

- 5.B.2.2_MJSP_ esta ação teve como foco o combate à pirataria e à contrafação por meio do fortalecimento institucional do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos de Propriedade Intelectual. Como importante entrega, destaca-se o Lançamento do Plano Nacional de Combate à Pirataria, elaborado em colaboração com o Grupo

Interministerial de Propriedade Intelectual para alinhamento com as ações da ENPI.
<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-3-de-3-de-dezembro-de-2021-364695135>

Eixo 6

- 6.A.1.2_MDIC_ os trabalhos desta ação resultaram em 4 estudos realizados pelo Núcleo de Inteligência em Propriedade Industrial (NIPI): (1) [Panorama da Utilização do Sistema de Propriedade Industrial por Startups](#); [Inteligência Artificial em máquinas e equipamentos](#); [Mapeamento de tecnologias desenvolvidas a partir de bioinsumos da Amazônia](#); [Cidades Inteligentes](#). A publicação dos estudos e respectivos eventos de divulgação contribuíram para a sensibilização de atores-chave da indústria e do próprio governo sobre a importância estratégica dos bancos de dados de PI.

- 6.A.1.6_MRE_ nesta ação, destaca-se a participação brasileira (INPI) na sexta sessão de diálogo da OMPI sobre Propriedade Intelectual e tecnologias de fronteira, 21-22/09/2022. Na ocasião, o INPI participou de debate sobre uso de inteligência artificial para ampliar eficiência dos escritórios nacionais de PI. Destaque, também, para a participação de 17 empresas brasileiras no World Summit AI Americas, em Montreal, 4-5/05/2022, com apresentações de empreendedores, pesquisadores e agentes de governo de diferentes nacionalidades. O evento abordou uma ampla gama de discussões sobre inteligência artificial, desde questões técnicas a éticas. Representantes brasileiros participaram do evento, presencial e virtualmente. Outras iniciativas relevantes desta ação foram a palestra de representantes do MRE em painel do [BIG Festival](#), em 1/11/2022, para falar da atuação do Itamaraty no setor de games, e a realização do Hackathon "[IP Challenge](#)"³. O IP Challenge foi uma iniciativa da Indie Hero, que conta com patrocínio do Sebrae, DKPTO – escritório de marcas e patentes Dinamarquês – e apoio do INPI, Axonal e Questel,⁴ seu objetivo é desafiar desenvolvedores de jogos a criar projetos que auxiliem e estimulem o aprendizado sobre Propriedade Intelectual

³<https://www.gov.br/inpi/pt-br/central-de-conteudo/noticias/hackathon-de-games-vai-contar-com-mentorias-e-treinamentos-do-inpi>

para empresários e estudantes universitários. O projeto alcançou 253 participantes, em 22 instituições de ensino superior e resultou na criação de 40 jogos sobre PI.

Eixo 7

- 7.A.2.6_MRE_ esta ação teve como objetivo estimular a adesão às estruturas internacionais de PI para proporcionar confiança às empresas nacionais que desejam exportar, investir e operar no exterior e às empresas estrangeiras que desejam atuar no Brasil. Deste modo, e em parceria com o INPI, tal ação culminou na preparação e adesão do Brasil ao Acordo de Haia, o qual entrou em vigor no país em 1º Agosto de 2023.
- 7.A.3.4_INPI_o cerne desta ação foi a integração de temas de PI a programas, projetos, bem como a treinamentos, com o fim de promover os produtos e serviços brasileiros no exterior e atrair investimentos estrangeiros para setores estratégicos da economia brasileira. Como exemplo de iniciativas, pode-se citar a realização do Webinar “Protocolo de Madri e marcas globais: oportunidades e desafios para empresas brasileiras”, voltado a empresários.

Ações Parcialmente Concluídas

Conforme apresentado nas Tabelas 1 e 2, das 49 (quarenta e nove) ações definidas no Plano de Ação 2021-2023, 19 (dezenove) foram parcialmente concluídas.

O contexto de transição política e os ajustes institucionais decorrentes tiveram impacto significativo nos trabalhos deste primeiro plano, especialmente nos dois últimos semestres de sua execução. As expectativas em relação às mudanças de governo desde outubro de 2022 e, posteriormente, a mudança efetiva em janeiro de 2023, trouxeram incertezas quanto à priorização das atividades planejadas. Esse processo agregou valiosas lições sobre a importância de planejamento dos Planos em anos eleitorais. A ENPI disfruta da vantagem da possibilidade de priorizar ações e ajustar suas metas a cada dois anos, permitindo assim uma melhor acomodação às prioridades da agenda política.

É importante destacar que os esforços depreendidos nas entregas destas ações resultaram em várias iniciativas de grande relevância e alinhamento com os objetivos da ENPI. Algumas não foram consideradas como concluídas, porque todas as iniciativas previstas não foram executadas, porém isso não significa que aquelas iniciativas executadas não tiveram impacto relevante para as ações priorizadas no Plano. Alguns exemplos serão destacados a seguir. Como observado anteriormente, o Anexo 1 deste relatório traz o resumo completo de todas as ações.

Eixo 1

- 1.A.1.3_INPI_94%_Dentre as entregas desta ação, destacam-se as iniciativas desenvolvidas no contexto do uso e disseminação da inteligência analítica em PI no Brasil, refletidas na divulgação dos seguintes estudos:

1) Estudo de startups

- a. Vídeo para o [Sebrae Startup Summit 2021](#)

2) Estudo de IA em máquinas e equipamentos

- a. Podcast ABDI: <https://www.abdi.com.br/postagem/pedidos-de-patentes-em-ia-no-brasil-e-um-case-em-saude>

- b. Matéria no Jota. <https://www.jota.info/tributos-e-empresas/mercado/residentes-no-brasil-apresentam-10-dos-pedidos-de-patentes-de-ia-depositados-no-pais-04052022>
[3.4.](#)

Vale destacar os desafios enfrentados na entrega relacionada à Vitrine de PI. Nesta, em razão de novos direcionamentos administrativos, a Presidência do INPI, em acordo com o MDIC, decidiu pela descontinuidade da plataforma ([PORTARIA/INPI/PR Nº 20, DE 25 DE MAIO DE 2023](#)) à luz dos critérios de conveniência e oportunidade, considerando-se também a relativa escassez de recursos de tecnologia de informação necessários para a manutenção do sistema.

- 1.A.4.4_INPI_87%_ esta ação teve como foco a capacitação de agentes locais, em especial da região amazônica, em conhecimentos sobre ferramentas de PI. Vale ressaltar que 7 das 8 iniciativas desta ação foram 100% executadas, com exceção da iniciativa

7, em parceria com o MMA, que visava a capacitação de multiplicadores na região amazônica. No entanto, muitas iniciativas de sucesso podem ser destacadas, tais como: 2 edições do Workshop de Proteção de Cultivares no Portal da ENAGRO (capacitações ocorridas nos dias 12 de abril e 14 de junho de 2023); Curso de Patentes e Bioinovação ocorrido em Manaus no período de 21 a 23 de março de 2023; Curso de IG e MCs no Portal da ENAGRO (11 edições do Curso Básico de Indicações Geográficas ocorridas em 2021 e 2022); e Pré-Lançamento do Programa de mentorias em IG realizado no V Seminário Internacional de IGs e MCs ocorrido em Curitiba (dez/2022);

- 1.A.4.5_MAPA_50%_ Promover a criação de novos e fortalecer os Fóruns estaduais de Indicações Geográficas e Marcas Coletivas existentes. A conclusão desta ação foi impactada pela deficiência em recursos humanos. Porém, vale destacar a criação do Fórum do MA e de SP com o objetivo de constituir uma rede de referência para a ação pública no tocante às IGs e MCs enquanto bens de propriedade intelectual e instrumentos de desenvolvimento territorial (<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/indicacao-geografica/foruns-estaduais-ig-marcas-coletivas>).
- 1.A.4.7_INPI_56%_com o objetivo de aproximar os serviços de assistência e inteligência em PI aos clusters regionais de inovação e da indústria criativa, esta ação, apesar de não ter sido integralmente concluída dentro do período de vigência deste primeiro plano de ação (em grande parte por deficiências de recursos humanos), terá o seu programa-piloto executado no período de março a maio de 2024.

Eixo 2

- 2.C.4.12_MCTI_60%_dois aspectos merecem destaque quanto às entregas desta ação, cujo foco esteve no estímulo à inclusão da matéria como requisito para formação de nível superior dos profissionais: (1) conclusão do relatório com o mapeamento de todas as ações da Estratégia Nacional de Inovação que versam sobre revisão de currículos com vistas a incorporar os temas de empreendedorismo e inovação nos cursos superiores; (2) os trabalhos desta ação serão continuados no Plano de Ação 2023-2025.

Eixo 3

- 3.B.2.8_MS_56%_ As entregas referentes a esta ação mostraram-se impactadas, primeiramente, pela expectativa de transição de governo desde outubro/2022. Porém, destaca-se a proposta de Projeto de Lei para alteração da Lei nº 9.782/1999 com vistas a garantir a sustentabilidade das ações do Grupo de Articulação de Propriedade Intelectual e Saúde (GAPIS) com a finalidade de cumprir o disposto no art. 12 da Portaria GM/MS n. 2.466/2020_Proposta de Projeto de Lei nº 2713/2021.

Eixo 4

- 4.A.1.4_MinC_91%_Esta ação teve como objetivo a reforma da LDA – Lei de Direitos Autorais. Vale ressaltar que duas das três entregas previstas para esta ação foram concluídas com sucesso. Considera-se que a terceira entrega (parcialmente concluída_80%_ajuste no texto do Anteprojeto de Lei para a reforma da LDA) também trouxe contribuições relevantes à ENPI, visto que o texto foi efetivamente produzido e encaminhado para a Casa Civil. No entanto, e como já exposto anteriormente, o processo de transição de governo impactou a completude desta entrega, uma vez que foi identificada a necessidade de readequação do texto do Anteprojeto.

Eixo 5

- A ação 5.B.2.10_MJSP, apesar de iniciada, foi descontinuada tanto por decisões administrativas, quanto por desafios relacionados à contratação de consultorias.

Eixo 6

- Não houve ação parcialmente concluída no eixo 6.

Eixo 7

- 7.A.2.2_MRE_75%_ este é outro exemplo de ação que, apesar de parcialmente concluída, trouxe entregas de grande relevância. Destaca-se que, em 28/10/21, foi realizado o primeiro café da manhã do grupo informal de países amigos da PI, ocasião

em que representante do MRE interagiu com pelo menos 14 representantes diplomáticos de países, dando ampla divulgação à ENPI e ao novo Plano Nacional de Combate à Pirataria. Em 17/05/22, a ENPI e seus resultados iniciais foram apresentados à Comissão de PI da ICC Global, com participação da Presidente da ICC e demais representantes internacionais da instituição, bem como seus associados de outros países. Destaque, também, para o IPTalk realizado na embaixada da república dominicana, coordenado pelo MDIC, MRE e UKIPO, em 29 de junho de 2023. Contudo, em razão de reposicionamentos de membros do GIPI no primeiro semestre de 2023, o exercício não pode ser concluído durante o período do plano de ação.

Ações Não Iniciadas

Referindo-nos novamente às Tabelas 1 e 2 e, apesar dos esforços para que todas as ações fossem concluídas, 4 delas não puderam ser iniciadas: 2.A.1.1, 3.B.2.1, 3.B.2.10 e 6.A.6.1. De maneira geral, os desafios mais persistentes ao longo dessa primeira experiência dedicada à implementação da ENPI que prejudicaram a realização das atividades previstas foram:

- 2.A.1.1_MDIC_A conclusão desta ação dependia da contratação de consultoria para a elaboração de um Plano de Comunicação integrado da ENPI. Tal contratação seria realizada via PNUD. Porém, devido ao processo de renovação do convênio entre SEPEC/ME e PNUD, seguido da mudança na estrutura do então Ministério da Economia e recriação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), não foi possível prosseguir com a contratação da consultoria a tempo da conclusão do Plano.
- 3.B.2.1_MDIC_Esta ação foi reprogramada para que houvesse alinhamento de prazos com a ação 2.A.1.1 do Plano de Comunicação da ENPI, de modo a serem executadas conjuntamente. Porém, o contexto da ação 2.A.1.1 impossibilitou também os trabalhos da ação 3B.2.1.
- 3.B.2.10_MMA_ esta ação visava ao fortalecimento dos órgãos de governança e a promoção da coordenação entre estes para ampliar o cumprimento da Lei da

Biodiversidade (n. 13.123/2015) e seus regulamentos nos temas afetos a direitos de propriedade intelectual. A entrega dessa ação tinha como cerne a capacitação de servidores nos temas e realização de estudo sobre formas de cooperação e comunicação entre os órgãos envolvidos na governança. Contudo, além dos desafios relativos a contratações e convênios, outra barreira observada ao longo dos trabalhos foi a carência de recursos humanos, o que inviabilizou os trabalhos desta ação.

- 6.A.6.1_MDIC_ o foco desta ação estava na utilização de banco de dados de PI como ferramenta para busca de tecnologias 4.0, com vistas a aumentar a produtividade em empresas a partir da identificação de ideias inovadoras. No presente caso, mais uma vez, desafios inerentes a celebração de convênios e parcerias mostraram-se intransponíveis, inviabilizando o desenvolvimento desta ação.

Conclusão

Diante do término do Plano de Ação 2021-2023 da Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual (ENPI), é possível observar que, apesar dos desafios enfrentados ao longo do período, houve aprendizados e resultados significativos advindos dos trabalhos desenvolvidos para cada uma das 49 ações estratégicas delineadas. Este plano marcou o início da década de implementação da ENPI e traçou o caminho para a consolidação dos objetivos da ENPI.

Quanto aos resultados do monitoramento dos trabalhos, estes indicam um desempenho consistente, com 47% das ações concluídas, 45% parcialmente concluídas e 8% não iniciadas. Notavelmente, e mesmo diante do contexto de transição política e dos desafios impostos pela pandemia do COVID-19, 26 das 49 ações estratégicas foram totalmente concluídas, contribuindo significativamente para o fortalecimento das iniciativas já existentes e para a consolidação de novas conquistas no âmbito da Propriedade Intelectual.

É crucial reconhecer, outrossim, que o contexto político exerceu impacto substancial nas atividades programadas, especialmente devido às expectativas de mudanças governamentais em outubro de 2022 e à efetiva mudança em janeiro de 2023. No entanto, este processo também proporcionou importantes lições sobre a necessidade de flexibilidade e adaptação em períodos eleitorais. Nesse aspecto, é importante destacar a capacidade da ENPI de reavaliar e ajustar suas metas a cada dois anos, oferecendo uma resposta mais eficaz às dinâmicas políticas inerentes à administração pública federal, sem perder de vista a continuidade e diretrizes macro de uma estratégia de Estado.

No contexto das ações não iniciadas, apenas 4 (2.A.1.1; 3.B.2.1; 3.B.2.10 e 6.A.6.1) mostraram-se completamente inviabilizadas pelos desafios enfrentados ao longo do processo de contratação de consultorias, renovação de convênios e também pela carência de recursos humanos. Tais desafios mostraram-se persistentes ao longo desta jornada inicial, no entanto, a superação desses obstáculos, resultando em 45 ações concluídas ou parcialmente concluídas, demonstra a resiliência e o comprometimento da equipe envolvida na implementação da ENPI.

É essencial destacar que tanto as ações concluídas integralmente, totalizando 26, quanto aquelas parcialmente executadas, contabilizando 19, desempenharam papéis significativos ao contribuir com entregas de grande relevância para o contexto da Propriedade Intelectual nos âmbitos nacional e internacional. Todas essas iniciativas cumpriram um papel crucial, estabelecendo uma sólida base para as etapas subsequentes do processo.

O primeiro plano de ação da ENPI trouxe aprendizados importantes. Encontrar o equilíbrio entre objetivos desafiadores e alcançáveis foi um dos principais desafios enfrentados, mas essencial para garantir a eficácia e o progresso contínuo dos próximos planos de ação da ENPI.

Em síntese, a trajetória delineada pelo Plano de Ação 2021-2023 da Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual (ENPI) reflete um comprometimento notável na promoção da governança e coordenação eficazes para as iniciativas relacionadas à propriedade intelectual. O propósito fundamental da ENPI, visando impulsionar a competitividade e fomentar o desenvolvimento econômico e social do Brasil, está respaldado pelos esforços dedicados ao longo deste período. Entre outros resultados positivos, destaca-se o aumento e a propagação de iniciativas locais esparsas para promoção do uso da propriedade intelectual (não contabilizadas no âmbito da ENPI), as quais são igualmente importantes e devem ser incentivadas, afinal representam a multiplicação da consciência sobre o tema, fundamental para os objetivos da ENPI.

A ENPI não é apenas uma estratégia, mas um catalisador para transformações significativas, e o comprometimento evidenciado até o momento fornece alicerces sólidos para o êxito contínuo nos próximos anos. A interseção entre inovação, propriedade intelectual e desenvolvimento socioeconômico destaca a relevância desse esforço coletivo.

Assim, a partir dos resultados deste Plano de Ação 2021-2023 está reafirmada a convicção de que a ENPI desempenha e continuará a desempenhar um papel vital na construção de um ambiente propício para a excelência e a prosperidade, moldando o futuro da propriedade intelectual no Brasil de maneira impactante e duradoura.

Anexo

Planilha_ Status Final das Ações do Plano de Ação 2021-2023